

pago com o excesso que se verificar, eventualmente, no orçamento vigente.

Artigo 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlândia,  
20 de Outubro de 1.960

a). Pedro Tassinari Filho, Prefeito  
Municipal.

En Jaúme Soroki, Escriturário da  
Receita, Despesa, nessa data registrar  
Pedro Tassinari filh

### Lei nº 400/60

Autoriza a Prefeitura Municipal a doar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo imóvel para construção destinada a Unidade Sanitária Bivalente e posteriormente a assinar contrato de empreitada com o mesmo Instituto.

Fago saber que a Câmara Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, decreta, e eu, Pedro Tassinari Filho, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º Fica a Prefeitura Municipal de Orlândia, autorizada a alienar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, para doação, o imóvel abaixo descrito, situado nista cida-

de, para, nos termos do decreto es-  
tadual nº 12.762, de 18 de junho de 1942,  
modificado pelo decreto estadual nº  
12.762, de 18 de junho de 1942, modifica-  
do pelo decreto nº 167, de 4 de Janeiro  
de 1.957, nile se construir predio para  
servir de "Unidade Sanitária Bivalente"  
a saber:

Um terreno de forma retangular  
medindo trinta (30) trinta metros pe-  
la rua dez (10) e (30) trinta metros pela  
avenida dez (10) esquina da rua dez  
com a avenida 10, com a area total  
de novecentos metros quadrados (900),  
confrontando ao lado direito de gum  
da rua olha para o terreno com a  
avenida 10 e do lado esquerdo com  
terrenos da Prefeitura".

Artigo 2º Na escritura de doações  
a ser lavrada após a apresentação pe-  
la Prefeitura Municipal de toda a  
documentação exigida pelo Instituto  
de Previdência, constará cláusula  
expressa pela qual o donatário não  
poderá, pelo prazo de cinco (5) anos,  
dar os imóveis destinação diversa  
da prevista nista lei.

§ Único - na referida escritura -  
constará, ainda, cláusula onde a Pre-  
feitura Municipal responderá pela  
evicção do imóvel doado, obrigando-  
se a desapropria-lo e doá-lo nooamen-  
te ao Instituto de Previdência do

Estado, a qualquer título, se ele for reivindicado por terceiro ou anulada a primeira doação, tudo sem ônus para aquela Autarquia.

Artigo 3º O doação é irrevogável, exceptuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Artigo 4º Após realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado para constroição do predio referido no artigo 1º; a ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autoriza.

§ Único: poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e (prova-digo) previamente julgada capacitada por elle a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em função do vulto da obra.

Artigo 5º - A constrição de predio de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da lavratura da escritura de doação, ficando, porém, na dependência dos recursos orçamentários, destinados para esse fim, no Instituto de Previdência, e obedecerá aos padrões, projetos, orçamentos, especificações

clausuras, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167, de 4 de Janeiro de 1.957, supra citada.

Artigo 6º A despesa com a execução da presente lei, correrá por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlando  
5 de Novembro de 1.960.

a) Pedro Yassirari Filho - Prefeito Municipal.

En Jaime Soroli, Escriturário da  
Decuta e Despesa, nesta data regis-  
tri.

Pedro Yassirari Filho

### Lei nº 401/60

Autoriza a Prefeitura Municipal a doar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, imóvel para construção destinada ao Grupo Escolar e posteriormente a alugar contrato de empreita da com o mesmo Instituto.

Fago saber que a Câmara Municipal de Orlando, Estado de São Paulo, decreta, e eu, Pedro Yassirari Filho, prefeito Municipal, sanciono e promulgo